

Estagiários no Poder Judiciário Estadual e no Distrito Federal

SS JUSTIÇA MG

Neste trabalho vamos apresentar alguns dados que retratam a evolução do número de estagiários e de servidores nos Tribunais de Justiça Estaduais e do Distrito Federal. Para isso vamos utilizar o relatório Justiça em Números que é produzido pelo Conselho Nacional de Justiça.

1 – Número de estagiários e servidores nos Tribunais de Justiça Estaduais e do Distrito Federal

A Tabela 1 mostra, para o período entre 2009 e 2017, como evoluiu a quantidade de estagiários nos Tribunais de Estaduais e do Distrito Federal.

Tabela 1 – Número de estagiários nos Tribunais de Justiça Estaduais e Distrito Federal e taxa de variação

Tribunal	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Varição no período
Tocantins	60	46	135	149	135	147	170	214	307	411,7%
Rio Grande do Norte	226	295	322	254	400	306	446	538	850	276,1%
Mato Grosso do Sul	253	463	648	613	672	649	780	799	874	245,5%
Amazonas	285	320	539	635	730	680	707	725	856	200,4%
Rio de Janeiro	1.519	1.598	2.091	4.086	4.465	4.712	4.162	4.533	4.548	199,4%
Paraná	1.246	1.808	2.534	2.858	3.192	3.298	3.573	3.928	3.690	196,1%
Goiás	887	994	1.222	1.439	1.875	1.757	1.411	2.142	2.500	181,8%
Mato Grosso	660	689	476	834	979	1.186	1.742	1.793	1.685	155,3%
Distrito Federal	889	1.023	1.182	1.332	1.468	1.631	1.864	2.099	2.141	140,8%
Rondônia	150	293	276	398	625	601	598	325	354	136,0%
Santa Catarina	1.520	1.907	1.985	2.861	2.984	2.636	2.724	2.630	3.263	114,7%
Minas Gerais	2.484	3.063	2.807	3.586	3.320	4.037	4.731	5.217	5.311	113,8%
Piauí	164	185	22	130	110	12	229	196	317	93,3%
Espírito Santo	1.180	1.429	1.549	1.416	1.611	2.076	2.120	2.214	2.243	90,1%
Sergipe	242	0	466	485	459	461	457	457	431	78,1%
Maranhão	66	301	158	187	344	288	58	98	110	66,7%
São Paulo	7.467	7.620	7.702	8.221	9.675	10.215	10.229	11.145	11.147	49,3%
Rio Grande do Sul	2.811	2.839	3.052	2.989	3.217	3.454	3.441	3.833	3.980	41,6%
Bahia	1.219	0	1.969	1.983	1.979	1.007	1.474	1.704	1.715	40,7%
Roraima	201	182	151	220	205	241	228	241	276	37,3%
Ceará	434	473	479	500	500	660	680	640	592	36,4%
Alagoas	330	320	350	321	263	204	315	323	298	-9,7%
Pará	530	473	481	550	823	952	794	535	421	-20,6%
Paraíba ¹	0	0	0	339	418	355	324	306	259	-23,6%
Amapá	478	363	365	415	404	501	575	474	332	-30,5%
Pernambuco	471	574	703	615	701	371	160	307	245	-48,0%
Acre	370	170	232	248	244	279	118	311	191	-48,4%
Total	26.142	27.428	31.896	37.664	41.798	42.716	44.110	47.727	48.936	87,2%

Fonte: CNJ – Justiça em Números

Elaboração: DIEESE/SS Justiça MG

¹ Neste caso o ano base para o cálculo da taxa de variação foi 2012.

A variável encontrada na base de dados do relatório Justiça em Números¹ que diz respeito à quantidade de estagiários foi a TFAuex, que significa Total da Força de Trabalho Auxiliar: Estagiários.

Como mostra a Tabela 1, no período entre 2009 e 2017, o número de estagiários nos tribunais como um todo cresceu em quase 90%, sendo que em 21 dos 27 TJ's considerados houve variação positiva. Destaca-se o TJ do Tocantins, com mais de 400% de crescimento entre 2009 e 2017. O TJ do Rio Grande do Norte – onde houve a segunda maior expansão no período – ficou mais de 150 p.p. atrás do tribunal tocantinense. Além disso, vale destacar que nos 6 TJ's onde houve variação negativa da quantidade de estagiários, essa variação foi de no máximo 48,4% - caso do TJ do Acre. Por fim, os três maiores tribunais de justiça estaduais do país apresentavam, não na mesma ordem de seu porte², as maiores quantidades de estagiários no ano de 2017: TJ de São Paulo, com 11.147 estagiários; TJ do Rio de Janeiro, com 4.548 estagiários; e TJ de Minas Gerais, com 5.311 estagiários.

Tabela 2 – Número de cargos providos de servidores nos Tribunais de Justiça Estaduais e Distrito Federal e taxa de variação

Tribunal	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Variação no período
Paraná	2.637	3.869	4.710	5.951	6.567	7.154	7.082	6.975	6.875	160,7%
Mato Grosso	2.077	2.662	2.429	2.490	2.595	2.912	3.332	3.515	3.667	76,6%
Pará	2.264	2.333	2.342	2.929	3.072	2.947	3.399	3.544	3.624	60,1%
Amazonas	954	1.154	1.201	1.095	1.092	1.358	1.526	1.444	1.494	56,6%
Distrito Federal	3.584	4.187	4.632	5.013	5.144	5.104	5.322	5.317	5.448	52,0%
Piauí	1.221	1.368	1.663	1.843	1.986	1.707	1.884	2.145	1.839	50,6%
Acre	636	632	820	939	928	1.118	1.112	1.091	901	41,7%
Sergipe	1.611	1.722	2.063	2.296	2.368	2.112	2.065	2.510	2.162	34,2%
Goiás	3.682	4.668	4.531	4.743	4.484	4.660	4.791	3.835	4.920	33,6%
Pernambuco	4.592	4.773	5.173	5.721	6.267	6.242	6.378	6.201	6.111	33,1%
Roraima	507	503	461	467	511	491	501	572	649	28,0%
Amapá	733	964	888	930	905	935	925	918	894	22,0%
Rondônia	1.561	2.121	2.042	1.942	2.394	2.173	1.934	1.921	1.877	20,2%
Paraíba	2.322	2.707	2.682	2.773	3.287	2.779	2.780	2.689	2.746	18,3%
Ceará	3.119	3.325	3.202	3.061	3.008	2.728	3.860	3.962	3.490	11,9%
Minas Gerais	12.357	13.062	13.719	13.697	13.912	13.831	13.919	14.054	13.691	10,8%
Santa Catarina	4.800	4.817	5.264	5.537	5.530	5.511	5.515	4.978	5.263	9,6%
Alagoas	1.311	1.287	1.230	1.324	1.585	1.577	1.433	1.499	1.411	7,6%
Mato Grosso do Sul	2.314	2.362	2.279	2.265	2.252	2.502	2.479	2.546	2.452	6,0%
Tocantins	1.386	1.151	1.273	1.373	1.413	1.281	1.442	1.437	1.442	4,0%
Rio Grande do Sul	6.873	6.691	6.728	6.855	6.991	7.197	7.402	7.274	7.133	3,8%
Maranhão	3.395	3.306	3.762	3.878	3.636	3.979	4.478	3.471	3.473	2,3%
Rio de Janeiro	12.470	13.907	13.502	14.029	13.832	13.570	13.548	13.255	12.700	1,8%
São Paulo	38.031	37.209	38.263	38.358	39.411	41.173	36.934	37.393	36.717	-3,5%
Rio Grande do Norte	2.854	2.584	2.539	2.522	2.586	2.600	2.391	2.604	2.594	-9,1%

¹ Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justicaemnumeros/2016-10-21-13-13-04/pj-justica-em-numeros/2013-01-04-19-13-21>

² Disponível em <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/08/44b7368ec6f888b383f6c3de40c32167.pdf>

Espírito Santo	3.556	3.463	3.538	3.847	3.538	3.449	3.544	3.277	2.918	-17,9%
Bahia	11.927	11.451	10.272	9.881	7.713	7.675	6.559	6.375	6.810	-42,9%
Total	132.774	138.278	141.208	145.759	147.007	148.765	146.535	144.802	143.301	7,9%

Fonte: CNJ – Justiça em Números

Elaboração: DIEESE/SS Justiça MG

Já a Tabela 2, onde foi utilizada a variável SaJudP (Cargos Providos de Servidores da Área Judiciária) mostra que o número de cargos providos de servidores cresceu menos de 8% na Justiça Estadual no mesmo período em que o número de estagiários teve expansão próxima a 90%. Destaca-se o TJ do Paraná, com expansão de 160% no número de cargos providos no período considerado. Além disso, quatro tribunais apresentaram queda no número de cargos providos de servidores: TJ de São Paulo (-3,5%); TJ do Rio Grande do Norte (-9,1%); TJ do Espírito Santo (-17,9%); e TJ da Bahia (-42,9%). Esses números chamam a atenção, especialmente o caso do tribunal da Bahia e precisam ser melhor investigados.

Tabela 3 – Proporção de estagiários em relação aos cargos providos de servidores nos Tribunais de Justiça Estaduais e Distrito Federal e taxa de variação

Tribunal	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Varição no período
Tocantins	4,3%	4,0%	10,6%	10,9%	9,6%	11,5%	11,8%	14,9%	21,3%	391,8%
Rio Grande do Norte	7,9%	11,4%	12,7%	10,1%	15,5%	11,8%	18,7%	20,7%	32,8%	313,8%
Mato Grosso do Sul	10,9%	19,6%	28,4%	27,1%	29,8%	25,9%	31,5%	31,4%	35,6%	226,0%
Rio de Janeiro	12,2%	11,5%	15,5%	29,1%	32,3%	34,7%	30,7%	34,2%	35,8%	194,0%
Bahia	10,2%	0,0%	19,2%	20,1%	25,7%	13,1%	22,5%	26,7%	25,2%	146,4%
Espírito Santo	33,2%	41,3%	43,8%	36,8%	45,5%	60,2%	59,8%	67,6%	76,9%	131,6%
Goiás	24,1%	21,3%	27,0%	30,3%	41,8%	37,7%	29,5%	55,9%	50,8%	110,9%
Rondônia	9,6%	13,8%	13,5%	20,5%	26,1%	27,7%	30,9%	16,9%	18,9%	96,3%
Santa Catarina	31,7%	39,6%	37,7%	51,7%	54,0%	47,8%	49,4%	52,8%	62,0%	95,8%
Minas Gerais	20,1%	23,4%	20,5%	26,2%	23,9%	29,2%	34,0%	37,1%	38,8%	93,0%
Amazonas	29,9%	27,7%	44,9%	58,0%	66,8%	50,1%	46,3%	50,2%	57,3%	91,8%
Maranhão	1,9%	9,1%	4,2%	4,8%	9,5%	7,2%	1,3%	2,8%	3,2%	62,9%
Distrito Federal	24,8%	24,4%	25,5%	26,6%	28,5%	32,0%	35,0%	39,5%	39,3%	58,4%
São Paulo	19,6%	20,5%	20,1%	21,4%	24,5%	24,8%	27,7%	29,8%	30,4%	54,6%
Mato Grosso	31,8%	25,9%	19,6%	33,5%	37,7%	40,7%	52,3%	51,0%	46,0%	44,6%
Rio Grande do Sul	40,9%	42,4%	45,4%	43,6%	46,0%	48,0%	46,5%	52,7%	55,8%	36,4%
Sergipe	15,0%	0,0%	22,6%	21,1%	19,4%	21,8%	22,1%	18,2%	19,9%	32,7%
Piauí	13,4%	13,5%	1,3%	7,1%	5,5%	0,7%	12,2%	9,1%	17,2%	28,3%
Ceará	13,9%	14,2%	15,0%	16,3%	16,6%	24,2%	17,6%	16,2%	17,0%	21,9%
Paraná	47,3%	46,7%	53,8%	48,0%	48,6%	46,1%	50,5%	56,3%	53,7%	13,6%
Roraima	39,6%	36,2%	32,8%	47,1%	40,1%	49,1%	45,5%	42,1%	42,5%	7,3%
Alagoas	25,2%	24,9%	28,5%	24,2%	16,6%	12,9%	22,0%	21,5%	21,1%	-16,1%
Paraíba ¹	0,0%	0,0%	0,0%	12,2%	12,7%	12,8%	11,7%	11,4%	9,4%	-22,8%
Amapá	65,2%	37,7%	41,1%	44,6%	44,6%	53,6%	62,2%	51,6%	37,1%	-43,1%
Pará	23,4%	20,3%	20,5%	18,8%	26,8%	32,3%	23,4%	15,1%	11,6%	-50,4%
Pernambuco	10,3%	12,0%	13,6%	10,7%	11,2%	5,9%	2,5%	5,0%	4,0%	-60,9%

Acre	58,2%	26,9%	28,3%	26,4%	26,3%	25,0%	10,6%	28,5%	21,2%	-63,6%
Total	19,7%	19,8%	22,6%	25,8%	28,4%	28,7%	30,1%	33,0%	34,1%	73,4%

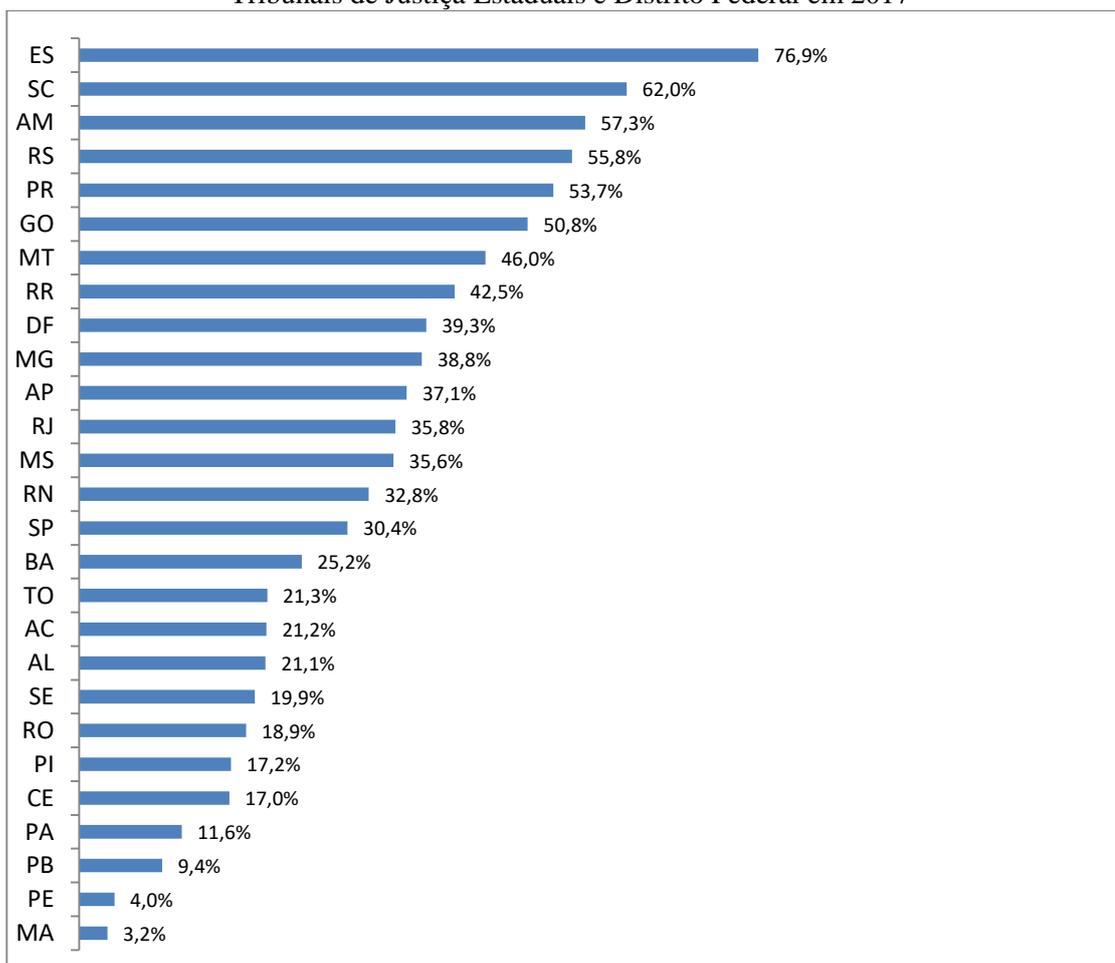
Fonte: CNJ – Justiça em Números

Elaboração: DIEESE/SS Justiça MG

¹ Neste caso o ano base para o cálculo da taxa de variação foi 2012.

De posse das informações do quantitativo de estagiários e de cargos providos de servidores foi elaborada a Tabela 3, que mostra a evolução da proporção do número de estagiários em relação ao total de cargos providos de servidores nos Tribunais de Justiça. Como se vê, ao longo do período entre 2009 e 2017, a proporção de estagiários em relação ao número de cargos providos de servidores aumentou em 73% nos 27 tribunais considerados, tendo variação positiva em 21 deles. A maior expansão ocorreu no TJ do Tocantins (391%), seguido do TJ do Rio Grande do Norte (314%) e do TJ do Mato Grosso do Sul (226%). As maiores quedas se verificaram no TJ do Acre (-64%), seguido do TJ de Pernambuco (-61%) e do TJ do Pará (-50%). Vale também frisar que no ano de 2017 os TJ's com as maiores proporções de estagiários em relação ao número de cargos providos de servidores foram o TJ do Espírito Santo (77%); o TJ de Santa Catarina (62%) e o TJ do Amazonas (57%), como mostra o gráfico 1.

Gráfico 1: Proporção de estagiários em relação aos cargos providos de servidores nos Tribunais de Justiça Estaduais e Distrito Federal em 2017



Fonte: CNJ – Justiça em Números

Elaboração: DIEESE/SS Justiça MG

Tabela 4 – Número de cargos vagos de servidores mais cargos providos de servidores nos Tribunais de Justiça Estaduais e Distrito Federal e taxa de variação

Tribunal	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Varição no período
Amazonas	1.071	1.154	1.620	1.489	1.494	1.603	1.557	1.959	2.003	87,0%
Paraíba	2.427	3.023	3.734	3.691	4.031	3.553	3.565	3.558	3.571	47,1%
Sergipe	1.775	1.722	2.194	2.396	2.396	2.133	2.065	2.510	2.369	33,5%
Piauí	1.887	1.878	2.223	2.504	2.829	2.352	2.359	2.599	2.506	32,8%
Paraná	6.294	6.114	6.604	7.424	8.052	8.084	8.107	8.062	8.024	27,5%
Rondônia	1.848	2.596	2.811	2.202	2.911	2.605	2.342	2.351	2.351	27,2%
Tocantins	1.449	1.223	1.330	1.620	1.686	1.569	1.715	1.791	1.811	25,0%
São Paulo	38.031	37.209	49.520	50.871	50.496	51.902	47.376	47.196	47.088	23,8%
Mato Grosso do Sul	2.434	2.549	2.477	2.496	2.501	2.711	2.660	2.941	2.984	22,6%
Santa Catarina	5.098	5.318	5.517	5.537	5.778	5.887	5.926	5.525	6.047	18,6%
Maranhão	3.455	3.506	4.550	4.172	3.860	4.075	4.493	3.983	4.032	16,7%
Minas Gerais	14.066	13.612	15.122	15.149	16.365	16.100	16.109	16.484	16.356	16,3%
Rio de Janeiro	13.686	14.995	14.997	15.831	15.939	15.948	15.633	15.658	15.804	15,5%
Goiás	4.663	5.145	5.435	5.304	4.958	5.061	4.829	4.764	5.258	12,8%
Roraima	676	644	566	550	556	586	643	691	759	12,3%
Pernambuco	5.783	5.919	5.854	6.770	6.695	6.620	6.648	6.458	6.423	11,1%
Pará	4.143	4.182	3.670	4.373	4.189	4.071	4.324	4.514	4.547	9,8%
Ceará	3.190	3.675	3.770	3.588	3.546	3.162	3.860	3.979	3.490	9,4%
Rio Grande do Sul	8.194	8.363	8.411	8.854	8.914	9.144	8.959	9.049	8.928	9,0%
Distrito Federal	5.311	5.355	5.389	5.246	5.235	5.563	5.496	5.527	5.645	6,3%
Alagoas	1.708	2.184	2.134	2.246	2.350	2.214	2.163	2.155	1.725	1,0%
Rio Grande do Norte	3.872	3.588	3.601	3.555	3.682	3.719	3.524	3.813	3.788	-2,2%
Espírito Santo	4.014	4.935	4.298	4.667	4.457	4.197	3.680	3.766	3.926	-2,2%
Bahia	34.575	34.394	33.153	33.195	31.205	31.502	32.328	32.349	32.448	-6,2%
Amapá	1.309	1.226	1.252	1.250	1.234	1.226	1.209	1.215	1.223	-6,6%
Mato Grosso	4.394	5.032	4.729	2.490	2.595	3.040	5.712	5.909	3.902	-11,2%
Acre	2.218	2.233	2.237	2.430	2.162	2.349	2.360	2.309	923	-58,4%
Total	177.571	181.774	197.198	199.900	200.116	200.976	199.642	201.115	197.931	11,5%

Fonte: CNJ – Justiça em Números
 Elaboração: DIEESE/SS Justiça MG

Na Tabela 4, foi adicionada à variável SaJudP (Cargos Providos de Servidores da Área Judiciária) a variável Total de cargos vagos de servidor para se obter o que seria o total de cargos em cada tribunal. Como se nota, o total de cargos teve variação de 11,5% no período entre 2009 e 2017 nos TJ's estaduais e do DF. A maior variação ocorreu no TJ do Amazonas (87%) e a menor variação positiva no TJ de Alagoas (1%). Já a maior queda ocorreu no TJ do Acre (-58%).

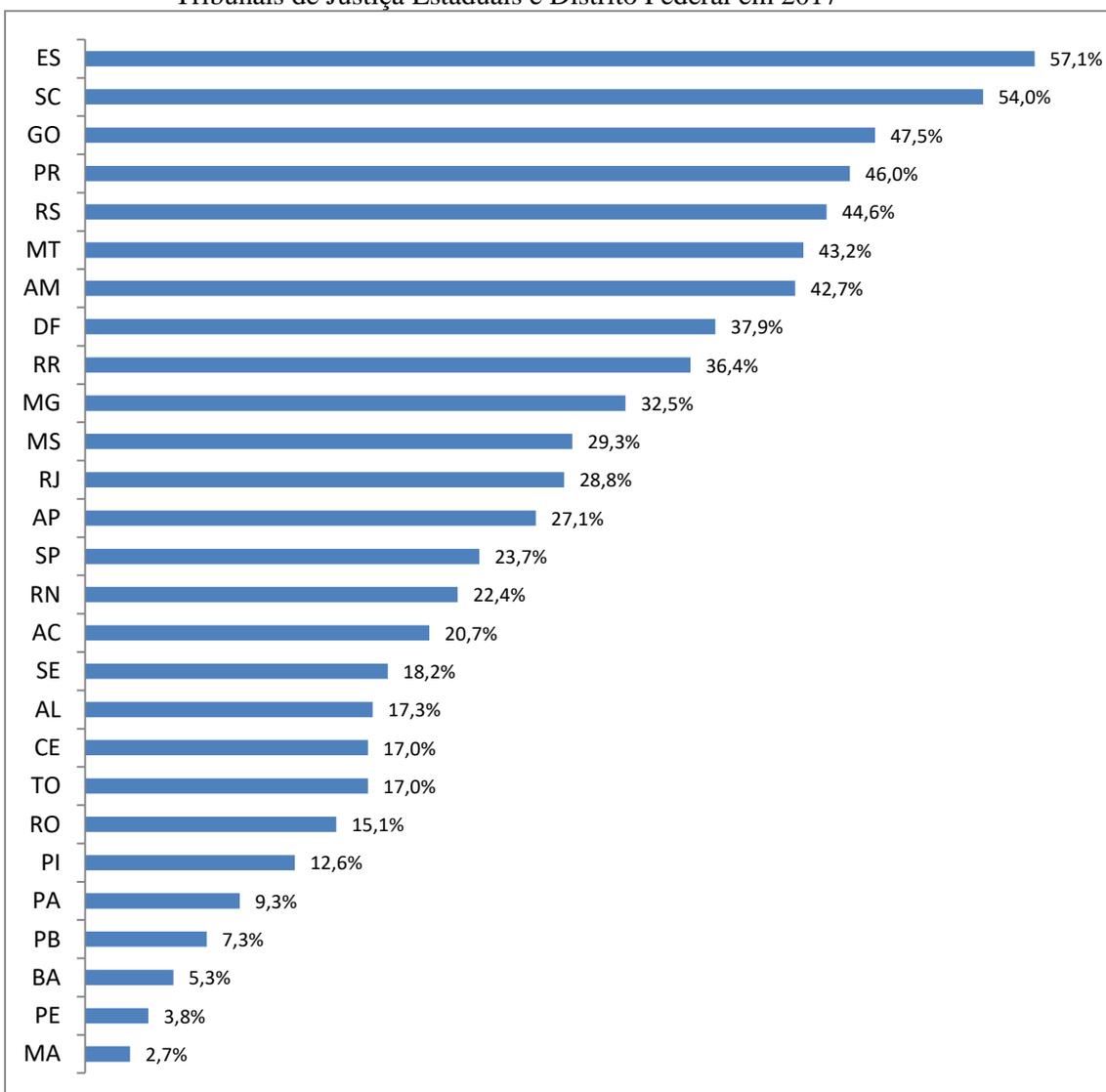
Tabela 5 – Proporção de estagiários em relação ao total de cargos providos de servidores mais cargos vagos de servidores nos Tribunais de Justiça Estaduais e Distrito Federal e taxa de variação

Tribunal	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Varição no período
Tocantins	4,1%	3,8%	10,2%	9,2%	8,0%	9,4%	9,9%	11,9%	17,0%	309,4%
Rio Grande do Norte	5,8%	8,2%	8,9%	7,1%	10,9%	8,2%	12,7%	14,1%	22,4%	284,4%
Mato Grosso	15,0%	13,7%	10,1%	33,5%	37,7%	39,0%	30,5%	30,3%	43,2%	187,5%
Mato Grosso do Sul	10,4%	18,2%	26,2%	24,6%	26,9%	23,9%	29,3%	27,2%	29,3%	181,8%
Rio de Janeiro	11,1%	10,7%	13,9%	25,8%	28,0%	29,5%	26,6%	29,0%	28,8%	159,3%
Goiás	19,0%	19,3%	22,5%	27,1%	37,8%	34,7%	29,2%	45,0%	47,5%	150,0%
Paraná	19,8%	29,6%	38,4%	38,5%	39,6%	40,8%	44,1%	48,7%	46,0%	132,3%
Distrito Federal	16,7%	19,1%	21,9%	25,4%	28,0%	29,3%	33,9%	38,0%	37,9%	126,6%
Espírito Santo	29,4%	29,0%	36,0%	30,3%	36,1%	49,5%	57,6%	58,8%	57,1%	94,3%
Rondônia	8,1%	11,3%	9,8%	18,1%	21,5%	23,1%	25,5%	13,8%	15,1%	85,5%
Minas Gerais	17,7%	22,5%	18,6%	23,7%	20,3%	25,1%	29,4%	31,6%	32,5%	83,9%
Santa Catarina	29,8%	35,9%	36,0%	51,7%	51,6%	44,8%	46,0%	47,6%	54,0%	81,0%
Amazonas	26,6%	27,7%	33,3%	42,6%	48,9%	42,4%	45,4%	37,0%	42,7%	60,6%
Bahia	3,5%	0,0%	5,9%	6,0%	6,3%	3,2%	4,6%	5,3%	5,3%	49,9%
Piauí	8,7%	9,9%	1,0%	5,2%	3,9%	0,5%	9,7%	7,5%	12,6%	45,5%
Maranhão	1,9%	8,6%	3,5%	4,5%	8,9%	7,1%	1,3%	2,5%	2,7%	42,8%
Sergipe	13,6%	0,0%	21,2%	20,2%	19,2%	21,6%	22,1%	18,2%	18,2%	33,4%
Rio Grande do Sul	34,3%	33,9%	36,3%	33,8%	36,1%	37,8%	38,4%	42,4%	44,6%	29,9%
Ceará	13,6%	12,9%	12,7%	13,9%	14,1%	20,9%	17,6%	16,1%	17,0%	24,7%
Acre	16,7%	7,6%	10,4%	10,2%	11,3%	11,9%	5,0%	13,5%	20,7%	24,0%
Roraima	29,7%	28,3%	26,7%	40,0%	36,9%	41,1%	35,5%	34,9%	36,4%	22,3%
São Paulo	19,6%	20,5%	15,6%	16,2%	19,2%	19,7%	21,6%	23,6%	23,7%	20,6%
Alagoas	19,3%	14,7%	16,4%	14,3%	11,2%	9,2%	14,6%	15,0%	17,3%	-10,6%
Paraíba	0,0%	0,0%	0,0%	9,2%	10,4%	10,0%	9,1%	8,6%	7,3%	-21,0%
Amapá	36,5%	29,6%	29,2%	33,2%	32,7%	40,9%	47,6%	39,0%	27,1%	-25,7%
Pará	12,8%	11,3%	13,1%	12,6%	19,6%	23,4%	18,4%	11,9%	9,3%	-27,6%
Pernambuco	8,1%	9,7%	12,0%	9,1%	10,5%	5,6%	2,4%	4,8%	3,8%	-53,2%
Total	14,7%	15,1%	16,2%	18,8%	20,9%	21,3%	22,1%	23,7%	24,7%	67,9%

Fonte: CNJ – Justiça em Números
Elaboração: DIEESE/SS Justiça MG

Na Tabela 5 são apresentadas as proporções do número de estagiários em relação ao total de cargos (providos e vagos) de servidores nos tribunais considerados. Nota-se, ao longo do período entre 2009 e 2017, a proporção de estagiários em relação ao número total de cargos providos e vagos de servidores aumentou em 68% nos 27 tribunais considerados, tendo variação positiva em 22 deles. A maior expansão ocorreu no TJ do Tocantins (309%), seguido do TJ do Rio Grande do Norte (284%) e do TJ do Mato Grosso (188%). As maiores quedas se verificaram no TJ de Pernambuco (-53%) e do TJ do Pará (-28%). Vale também frisar que no ano de 2017 os TJ's com as maiores proporções de estagiários em relação ao total de cargos providos e vagos de servidores foram o TJ do Espírito Santo (57%), o TJ de Santa Catarina (54%) e o TJ de Goiás (48%), como mostra o gráfico 2.

Gráfico 2: Proporção de estagiários em relação aos cargos providos e vagas de servidores nos Tribunais de Justiça Estaduais e Distrito Federal em 2017



Fonte: CNJ – Justiça em Números

Elaboração: DIEESE/SS Justiça MG